



Rendimento de todas as fontes 2025

 ISBN 978-85-240-4707-7
 © IBGE, 2026

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, investiga, regularmente, informações sobre os rendimentos provenientes de todos os trabalhos e de outras fontes não oriundas do trabalho das pessoas residentes no Brasil¹.

Dada a importância, o peso e a variabilidade dos rendimentos do trabalho, sua captação é feita de duas formas pela PNAD Contínua. A primeira se refere ao rendimento bruto recebido no mês de referência pelo trabalho, classificado como rendimento efetivo do trabalho; enquanto a segunda se refere ao rendimento bruto normalmente recebido pelo trabalho, classificado como rendimento habitual do trabalho. Ambos são investigados em todas as entrevistas para moradores de 14 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência.

O rendimento de outras fontes², por outro lado, é investigado na primeira e na quinta visita, para todos os moradores do domicílio, e o valor considerado é o recebido no mês de referência da pesquisa.

Neste informativo são utilizadas as informações dos rendimentos habitualmente recebidos de todos os trabalhos e dos recebidos de outras fontes no mês de referência, deflacionados³ a preços médios de 2025. Adicionalmente, para o cálculo dos indicadores, são considerados os dados acumulados de primeiras visitas, exceto o período 2020-2022, que utilizou o acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de COVID-19 e a resultante queda da taxa de resposta nesse período, sobretudo das primeiras visitas⁴.

¹ Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento de Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: mar. 2026.

² O rendimento proveniente de outras fontes é composto pelo rendimento efetivamente recebido no mês de referência de: programas sociais do governo (Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC-LOAS, outros programas sociais do governo); aposentadoria e pensão de instituto de previdência oficial federal, estadual, municipal, ou do governo federal, estadual, municipal; aluguel e arrendamento; seguro-desemprego ou seguro-defeso; pensão alimentícia, doação e mesada de não morador; e outros rendimentos, em que estão incluídos rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, direitos autorais, exploração de patentes etc.

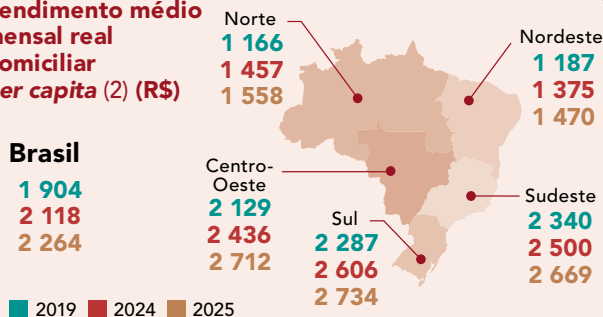
³ Os indicadores de rendimento do trabalho investigados pela PNAD Contínua são divulgados em termos nominais e em termos reais. Para o deflacionamento dos rendimentos nominais, é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE. Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Deflacionamento dos rendimentos do trabalho dos trimestres móveis da PNAD-Contínua*. Rio de Janeiro, 16 out. 2018. 3 p. Nota técnica maio/2015 (atualizada em out./2018). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: abr. 2026.

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre os rendimentos de todas as fontes*. Rio de Janeiro, 8 maio 2025. 2 p. Nota técnica 01/2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: abr. 2026.

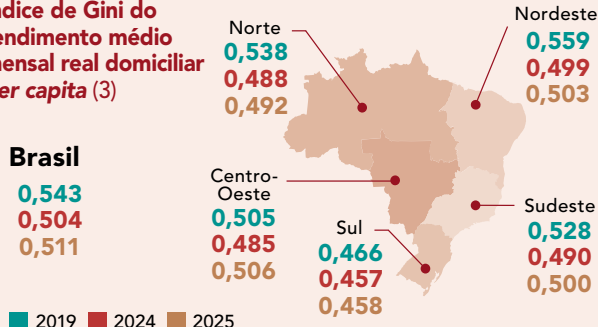
Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)

	2019	2024	2025
Todos os trabalhos (1)	74,2	75,0	75,1
Aposentadoria e pensão	18,9	16,9	16,4
Aluguel e arrendamento	2,4	1,9	2,1
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1,2	0,8	0,9
Programas sociais do governo	1,7	3,8	3,5
Outros rendimentos	1,7	1,6	2,0

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (2) (R\$)



Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita (3)



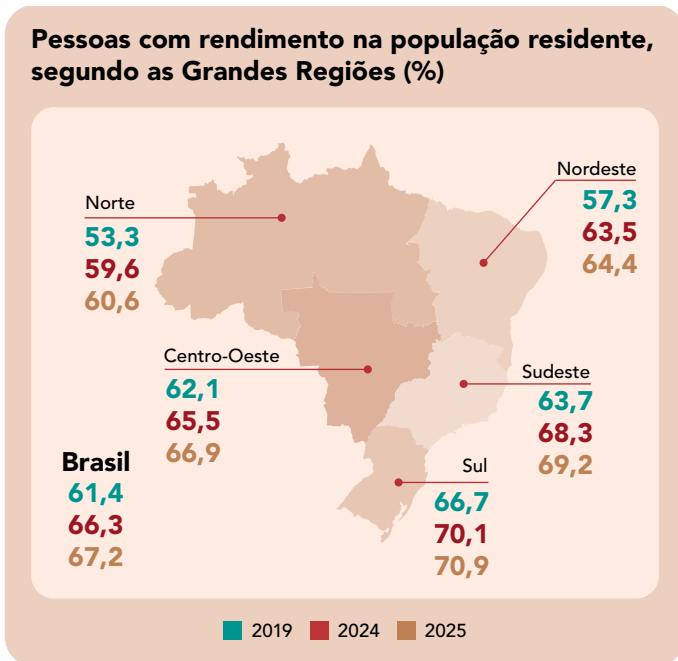
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2025.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade. (2) A preços médios de 2025. (3) A preços médios do ano.

População residente com rendimento

Em 2025, foram estimadas 212,7 milhões de pessoas residentes no País, ante 197,1 milhões em 2012. A Região Sudeste concentrava 41,8% da população, seguida das Regiões Nordeste (26,8%), Sul (14,7%), Norte (8,7%) e Centro-Oeste (8,0%).

Do total de pessoas residentes no Brasil, em 2025, 67,2% (143,0 milhões) possuíam algum tipo de rendimento, frente a 66,3% (140,4 milhões) em 2024. A Região Sul (70,9%) apresentou a maior estimativa, mantendo essa posição em todos os anos da série histórica, iniciada em 2012, enquanto as Regiões Norte e Nordeste, as menores (60,6% e 64,4%, respectivamente). Na comparação com 2024, a Região Centro-Oeste apresentou a maior variação do percentual de pessoas com rendimento no total da população residente – aumento de 1,4 ponto percentual (p.p.). Em relação a 2019, quando 61,4% das pessoas possuíam algum tipo de rendimento no País, o aumento foi de 5,8 p.p. na média nacional, com as maiores elevações observadas nas Regiões Norte (de 53,3% para 60,6%) e Nordeste (de 57,3% para 64,4%).



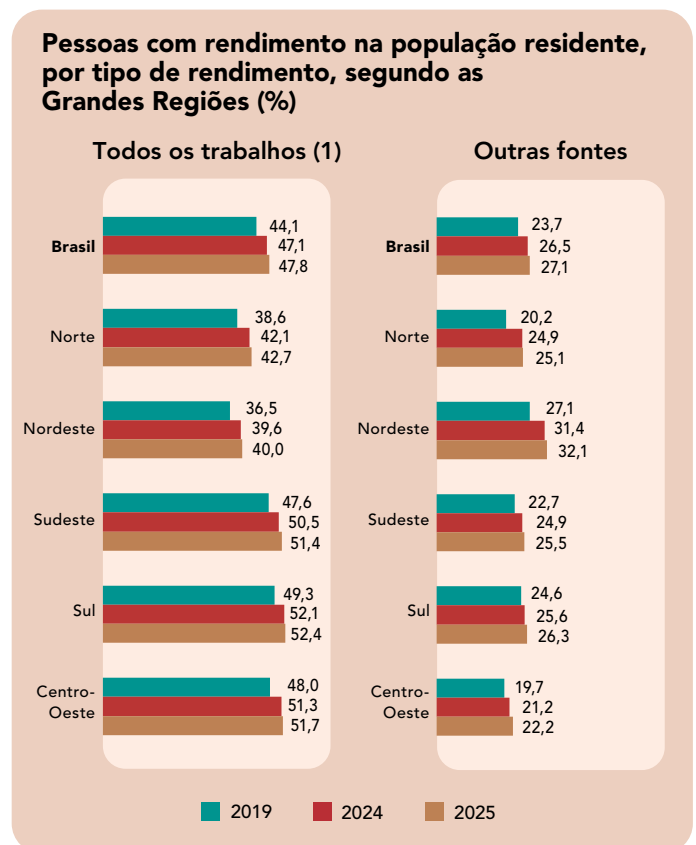
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2025.
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

Distribuição das pessoas por tipo de rendimento recebido

Em 2025, o contingente de pessoas que possuíam rendimento de trabalho, considerando todos os trabalhos, correspondia a 47,8% da população residente (101,6 milhões de pessoas), *vis-à-vis* 47,1% (99,9 milhões) em 2024. Quanto ao rendimento proveniente de outras fontes, 27,1% (57,6 milhões) dos residentes possuíam, em 2025, algu-

ma fonte de rendimento diferente de trabalho, enquanto, em 2024, essa estimativa era de 26,5% (56,1 milhões). Em relação a 2019, quando 44,1% da população residente possuía rendimento de trabalho e 23,7% rendimento proveniente de outras fontes, a expansão foi de 3,7 p.p. e 3,4 p.p., respectivamente.

Portanto, a tendência de aumento da parcela da população com rendimento do trabalho que se observou desde 2021, após queda registrada no primeiro ano da pandemia de COVID-19, manteve-se em 2025, com uma variação anual de 0,7 p.p., porém a uma taxa inferior à registrada nos anos anteriores. A parcela da população recebendo rendimento de outras fontes também apresentou pequena oscilação positiva (0,6 p.p.) em relação a 2024. O efeito conjunto dessas variações, ainda que moderadas, contribuiu para a variação de 0,9 p.p. da proporção da população com algum tipo de rendimento, seja ou não proveniente do trabalho, alcançando no último ano o seu maior nível da série histórica da PNAD Contínua.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2025.
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Regionalmente, em 2025, a Região Sul (52,4%) manteve a posição de Grande Região com o maior percentual de pessoas com rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos, posição esta que ocupou desde o início da série, exceto no ano de 2023, quando a Região Centro-Oeste apresentou o maior percentual. A Região Nordeste, por outro lado, registrava o menor

percentual de pessoas com esse rendimento (40,0%). Em relação ao rendimento de outras fontes, o maior percentual de pessoas que recebiam rendimentos de fontes diversas do trabalho foi registrado na Região Nordeste (32,1%), e o menor, na Região Centro-Oeste (22,2%).

Dentre os componentes dos rendimentos de outras fontes, a categoria aposentadoria e pensão manteve a maior estimativa: 13,8% da população residente recebia esse rendimento em 2025, o que correspondia a 29,3 milhões de pessoas; seguida por rendimentos de programas sociais do governo⁵, 9,1% (19,4 milhões de pessoas). Com percentuais bem menores, situavam-se as categorias pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (2,3%), aluguel e arrendamento (1,9%) e outros rendimentos⁶ (1,9%).

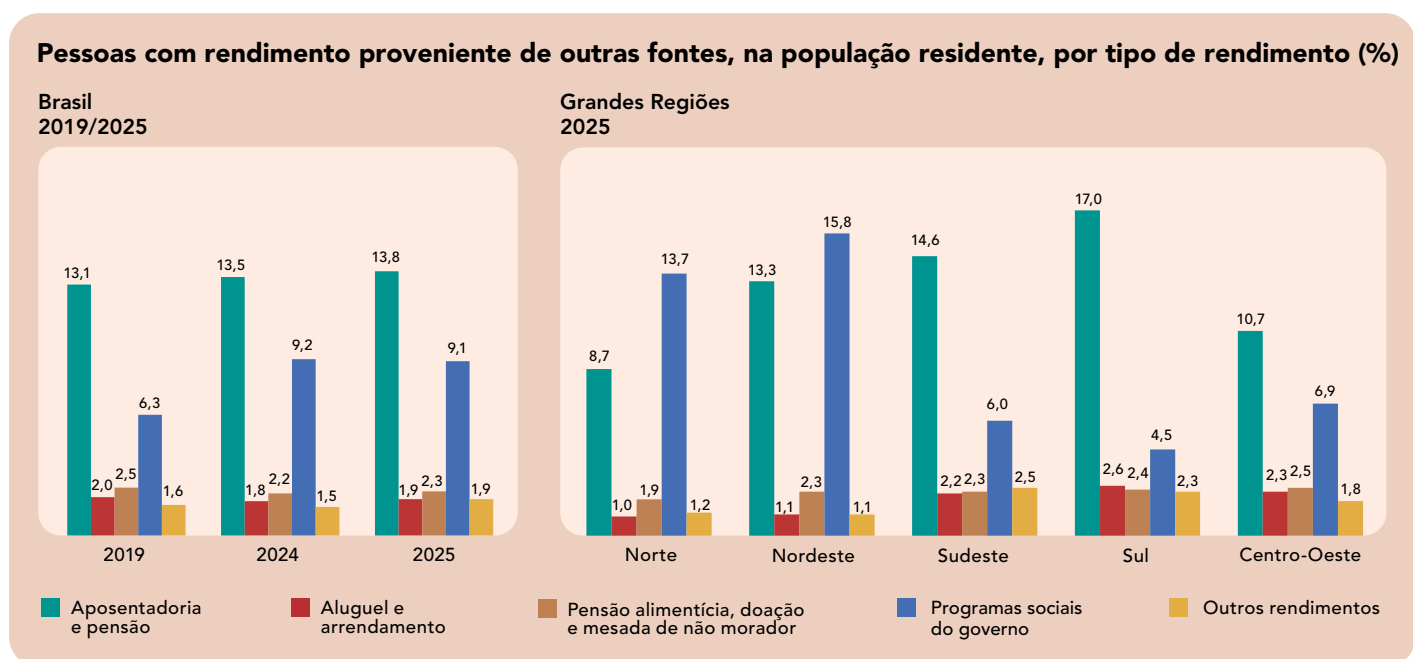
Entre 2024 e 2025, os dados indicam que a proporção da população recebendo rendimento de programas sociais do governo ficou próxima da estabilidade, mantendo-se em nível superior ao observado no período pré-pandemia. O maior percentual de pessoas que recebiam rendimentos de programas sociais ocorreu em 2020 (13,0%), com a criação do Auxílio Emergencial para fazer frente aos efeitos socioeconômicos da pandemia do novo coronavírus naquele ano, enquanto, em 2019, eram 6,3%.

Para as demais categorias de rendimentos de outras fontes, comparando-se aos resultados de 2024, observa-se que o percentual da população que recebia tais rendimentos se manteve próximo da estabilidade ou apresentou pequenas oscilações positivas. Nesse período, dentre esses rendimentos, a maior variação foi registrada para a categoria outros rendimentos, que aumentou de 1,5% para 1,9% da população. Em relação a aposentadoria e pensão, observa-

-se que a proporção da população que possui tal rendimento vem apresentando uma lenta progressão ao longo da série histórica da pesquisa, evoluindo de 11,7% da população, em 2012, para 13,1% em 2019, 13,5% em 2024, até alcançar, em 2025, 13,8% da população total do País, o maior percentual registrado na série.

Na análise regional, os resultados mostraram que, nas Regiões Nordeste e Norte, os percentuais de pessoas que recebiam rendimentos de programas sociais do governo (15,8% e 13,7%, respectivamente) se destacavam dentre aqueles observados nas demais Grandes Regiões, com valores superiores à média do País (9,1%). Observa-se que, nessas duas Regiões, o percentual de pessoas que recebiam rendimentos desses programas era superior ao daquelas que recebiam quaisquer das outras fontes de rendimento não oriundas do trabalho, inclusive aposentadoria e pensão. A Região Sul (4,5%), por outro lado, permaneceu com o menor percentual de pessoas que recebiam rendimento de programas sociais do governo. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste também apresentaram percentuais abaixo da média nacional: 6,0% e 6,9%, respectivamente.

A categoria aposentadoria e pensão registrou os maiores percentuais, comparando-se às demais que compõem o rendimento de outras fontes, nas Regiões Sudeste (14,6%), Sul (17,0%) e Centro-Oeste (10,7%), sendo as duas primeiras detentoras da população mais envelhecida do País. A Região Norte (8,7%) apresentou o menor percentual de pessoas com rendimento de aposentadoria e pensão, o que reflete o perfil etário mais jovem de sua população, se comparada às demais Grandes Regiões.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2025.
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

⁵ Os rendimentos provenientes de programas sociais do governo incluem o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC-LOAS e outros programas sociais governamentais no âmbito federal, estadual e municipal.

⁶ O componente outros rendimentos inclui os rendimentos provenientes do seguro-desemprego, seguro-defeso, rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, dentre outros.

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento

Rendimento de todas as fontes

Em 2025, o rendimento de todas as fontes, considerando a população residente com rendimento, registrou um valor médio de R\$ 3 367, o que representa um crescimento 5,4% em relação a 2024 (R\$ 3 195). Segundo dados da série histórica da pesquisa, observa-se que, de 2012 a 2019, o rendimento médio real de todas as fontes apresentou um crescimento acumulado de 3,9% no período (de R\$ 2 984 para R\$ 3 101). Com a pandemia de COVID-19, o rendimento de todas as fontes se reduziu em 3,5% em 2020, e em 5,2% em 2021. Em 2022, interrompeu-se a queda registrada nos dois anos anteriores, com o rendimento estimado em R\$ 2 890, permanecendo, no entanto, abaixo do valor estimado em 2012, ano inicial da série. Em 2023, o rendimento de todas as fontes alcançou um crescimento expressivo de 7,5% em relação ao ano anterior, seguido de novas variações anuais positivas em 2024 (2,9%) e 2025 (5,4%), acumulando, assim, quatro anos consecutivos de expansão. Com esse resultado, o rendimento de todas as fontes atingiu, em 2025, o maior valor da série histórica, sendo 8,6% superior ao registrado em 2019, ano que precedeu a pandemia, e 12,8% acima do valor de 2012, ano inicial da série.

Em 2025, observa-se que os diferenciais regionais de rendimento médio mensal real de todas as fontes permaneceram bastante acentuados: a Região Centro-Oeste registrou o maior valor (R\$ 4 052), seguida pelas Regiões Sul (R\$ 3 859) e Sudeste (R\$ 3 855), enquanto o menor foi verificado na Região Nordeste (R\$ 2 282). De 2024 para 2025, destaca-se o crescimento do rendimento médio de todas as fontes na Região Centro-Oeste (9,0%), ao passo que a Região Sul apresentou a menor variação anual (3,8%). Em comparação com 2019, as variações mais acentuadas foram observadas nas Regiões Centro-Oeste (18,1%) e Norte (17,5%), seguidas pelas Regiões Sul (12,6%) e Nordeste (10,1%). A Região Sudeste, por outro lado, com uma oscilação acumulada de apenas 4,9%, foi a única a apresentar um desempenho abaixo da média nacional no período (8,6%).

Rendimento de todos os trabalhos

O rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos (calculado para as pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência) foi estimado em R\$ 3 560 em 2025, o que representa uma expansão de 5,7% em relação a 2024 (R\$ 3 368). Considerando a série histórica, o rendimento habitual de todos os trabalhos apresentou crescimento acumulado de 3,9% entre 2012 e 2019 (de R\$ 3 083 para R\$ 3 204). Entre 2019 e 2022, com os impactos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho do País, o rendimento médio habitual do trabalho acumulou uma perda de 5,4%. O rendimento do trabalho voltou a crescer em 2023 (aumento de 7,2% no ano) e registrou nova expansão em 2024 (3,7%). Por-

tanto, o crescimento de 5,7% observado em 2025 representa o terceiro ano consecutivo de expansão do rendimento médio do trabalho, tendo atingido, no último ano, o valor máximo da série histórica. Em relação a 2019, ano que antecedeu a pandemia do novo coronavírus, observa-se um crescimento acumulado de 11,1% do rendimento do trabalho.

Assim como observado no rendimento de todas as fontes, as Regiões Nordeste (R\$ 2 475) e Norte (R\$ 2 777) registraram os menores valores para o rendimento habitual do trabalho, ao passo que as Regiões Centro-Oeste (R\$ 4 133), Sul (R\$ 4 026) e Sudeste (R\$ 3 958), os maiores. Em relação ao ano de 2024, foi registrada elevação do rendimento habitual do trabalho em todas as Grandes Regiões, com destaque para as Regiões Centro-Oeste (9,5%) e Norte (8,1%). Na comparação com 2019, as maiores expansões também foram observadas nessas duas Regiões, com crescimento de 19,5% na Centro-Oeste e de 19,8% na Norte. A Região Sudeste (7,2%), por outro lado, apresentou a menor variação do rendimento médio do trabalho no período.

Rendimentos de outras fontes

Dentre todas as categorias que compõem o rendimento proveniente de outras fontes, o item aposentadoria e pensão manteve-se como o de maior valor médio em 2025 (R\$ 2 697), permanecendo próximo dos valores registrados em 2024 (R\$ 2 641) e 2019 (R\$ 2 729). Em todas as Grandes Regiões, aposentadoria e pensão representava a categoria de maior valor médio entre os rendimentos de outras fontes, variando de R\$ 2 261, na Região Nordeste, a R\$ 3 499, na Região Centro-Oeste. Entre 2024 e 2025, as Regiões Centro-Oeste (6,7%) e Nordeste (5,6%) registraram as maiores elevações de seu valor médio.

Os rendimentos provenientes de aluguel e arrendamento, considerando a população que possuía tal tipo de rendimento, apresentaram valor médio de R\$ 2 526 em 2025, o que representa um aumento de 11,8% se comparado ao estimado para 2024 (R\$ 2 259). Em termos regionais, a Região Centro-Oeste (R\$ 3 117) apresentou o maior valor médio de rendimento de aluguel e arrendamento, enquanto a Nordeste (R\$ 1 778) registrou o menor. Em relação a 2024, a Região Sudeste (21,5%) registrou a maior expansão no valor médio do rendimento proveniente de aluguel e arrendamento, ao passo que frente a 2019, as maiores variações foram estimadas para as Regiões Centro-Oeste (41,9%) e Norte (36,4%).

Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador totalizavam, em média, R\$ 863. Analisando por Grandes Regiões, observa-se que as Regiões Sudeste (R\$ 1 082) e Sul (R\$ 973) apresentaram o maior valor médio desse tipo de rendimento, ao passo que a Região Nordeste (R\$ 537), o menor valor.

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, segundo as Grandes Regiões e o tipo de rendimento (R\$)

Grandes Regiões	Tipo de rendimento	Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento (R\$)								
		2012	2014	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Brasil	Todas as fontes	2 984	3 126	3 101	2 992	2 835	2 890	3 106	3 195	3 367
	Todos os trabalhos (1)	3 083	3 280	3 204	3 310	3 101	3 032	3 249	3 368	3 560
	Outras fontes	1 945	1 973	2 070	1 752	1 687	1 889	2 004	2 004	2 079
	Aposentadoria e pensão	2 519	2 634	2 729	2 591	2 449	2 463	2 623	2 641	2 697
	Aluguel e arrendamento	2 444	2 384	2 319	2 199	2 281	2 008	2 394	2 259	2 526
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	829	904	870	871	830	783	821	807	863
	Programas sociais do governo	436	489	508	826	472	719	857	875	870
	Outros rendimentos	2 194	1 730	2 007	1 762	1 989	2 031	2 002	2 223	2 302
Norte	Todas as fontes	2 349	2 336	2 189	2 188	2 031	2 240	2 463	2 442	2 572
	Todos os trabalhos (1)	2 498	2 506	2 318	2 420	2 300	2 370	2 635	2 569	2 777
	Outras fontes	1 302	1 326	1 346	1 230	1 024	1 384	1 471	1 504	1 479
	Aposentadoria e pensão	2 094	2 094	2 299	2 052	1 932	2 199	2 304	2 375	2 331
	Aluguel e arrendamento	2 004	2 065	1 579	1 413	1 596	1 735	1 599	1 864	2 153
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	720	805	738	683	479	629	638	604	624
	Programas sociais do governo	455	516	502	825	447	709	878	886	856
	Outros rendimentos	2 067	1 797	1 501	1 736	1 447	1 668	1 822	1 783	1 573
Nordeste	Todas as fontes	1 946	2 073	2 072	2 094	1 863	1 934	2 041	2 165	2 282
	Todos os trabalhos (1)	2 056	2 218	2 194	2 357	2 124	2 043	2 155	2 335	2 475
	Outras fontes	1 263	1 301	1 422	1 348	1 154	1 357	1 413	1 434	1 494
	Aposentadoria e pensão	2 035	2 066	2 262	2 162	2 033	2 035	2 132	2 142	2 261
	Aluguel e arrendamento	1 566	1 755	1 755	1 701	1 467	1 318	1 492	1 752	1 778
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	586	590	577	597	481	480	492	567	537
	Programas sociais do governo	404	449	457	815	456	675	814	822	823
	Outros rendimentos	1 721	1 643	1 686	1 371	2 268	2 421	1 484	1 524	1 489
Sudeste	Todas as fontes	3 492	3 688	3 674	3 496	3 368	3 356	3 630	3 663	3 855
	Todos os trabalhos (1)	3 520	3 791	3 693	3 794	3 580	3 450	3 714	3 777	3 958
	Outras fontes	2 463	2 492	2 568	2 067	2 101	2 266	2 417	2 379	2 485
	Aposentadoria e pensão	2 755	2 935	3 010	2 875	2 695	2 692	2 899	2 857	2 902
	Aluguel e arrendamento	2 846	2 765	2 679	2 486	2 614	2 094	2 526	2 239	2 720
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1 022	1 179	1 040	1 029	1 093	969	1 029	989	1 082
	Programas sociais do governo	467	528	558	833	487	769	898	923	915
	Outros rendimentos	2 715	1 927	2 328	1 941	2 127	2 164	2 222	2 612	2 731
Sul	Todas as fontes	3 323	3 465	3 428	3 279	3 152	3 232	3 400	3 717	3 859
	Todos os trabalhos (1)	3 356	3 557	3 505	3 511	3 315	3 331	3 479	3 841	4 026
	Outras fontes	2 239	2 298	2 283	1 981	2 007	2 165	2 274	2 368	2 373
	Aposentadoria e pensão	2 532	2 678	2 605	2 478	2 437	2 429	2 505	2 676	2 651
	Aluguel e arrendamento	2 553	2 316	2 159	2 177	2 381	2 242	2 883	2 610	2 456
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	871	957	1 007	1 001	973	884	882	862	973
	Programas sociais do governo	507	593	624	839	515	803	911	983	984
	Outros rendimentos	1 610	1 331	1 513	1 589	1 283	1 621	1 867	1 912	1 829
Centro-Oeste	Todas as fontes	3 450	3 557	3 430	3 318	3 183	3 355	3 644	3 716	4 052
	Todos os trabalhos (1)	3 561	3 687	3 458	3 570	3 385	3 435	3 715	3 773	4 133
	Outras fontes	2 119	2 169	2 385	1 884	1 829	2 147	2 322	2 360	2 583
	Aposentadoria e pensão	3 097	3 084	3 335	3 038	2 735	2 868	3 173	3 278	3 499
	Aluguel e arrendamento	2 159	2 237	2 196	1 965	2 089	2 349	2 559	2 704	3 117
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	885	818	837	855	859	884	808	824	815
	Programas sociais do governo	477	526	613	836	511	775	899	907	925
	Outros rendimentos	2 032	2 029	2 010	1 721	2 397	1 456	1 818	2 148	2 558

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2025.

Notas: 1. A preços médios de 2025.

2. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2014, 2019, 2023, 2024 e 2025, e de quintas visitas no período 2020-2022.

(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Em 2025, o valor médio dos rendimentos de programas sociais do governo, incluindo programas das esferas federal, estadual e municipal, era de R\$ 870, similar ao valor observado em 2024 (R\$ 875). Regionalmente, observa-se que a Região Sul (R\$ 984), ainda que tivesse o menor percentual de beneficiários, registrava o maior valor médio de rendimentos provenientes de programas sociais, ao passo que a Região Nordeste, o menor valor (R\$ 823). Entre 2024 e 2025, a Região Norte apresentou queda de 3,4% (de R\$ 886 para R\$ 856) no valor médio recebido como benefício de programas sociais. Em relação a 2019 (R\$ 508), o valor médio dos rendimentos de programas sociais do governo cresceu 71,3% no País, com destaque para as Regiões Nordeste (80,1%) e Norte (70,5%), que registraram um crescimento bastante expressivo nesse período.

As pessoas que declararam possuir outros rendimentos, além dos anteriormente citados, como rendimentos do seguro-desemprego, rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, dentre outros, recebiam em média R\$ 2 302, em 2025. Regionalmente, o valor médio mais elevado foi registrado na Região Sudeste (R\$ 2 731), seguida pela Centro-Oeste (R\$ 2 558), e o menor na Nordeste (R\$ 1 489).

Observou-se, portanto, que na média nacional, dentre as categorias de rendimentos de outras fontes, o componente aluguel e arrendamento registrou aumento expressivo no seu valor médio entre 2024 e 2025, ao passo que o valor médio dos rendimentos recebidos de programas sociais do governo apresentou estabilidade. Em comparação a 2019, o principal destaque, por outro lado, foi justamente o crescimento substancial do valor médio recebido de programas sociais do governo.

Rendimento do trabalho

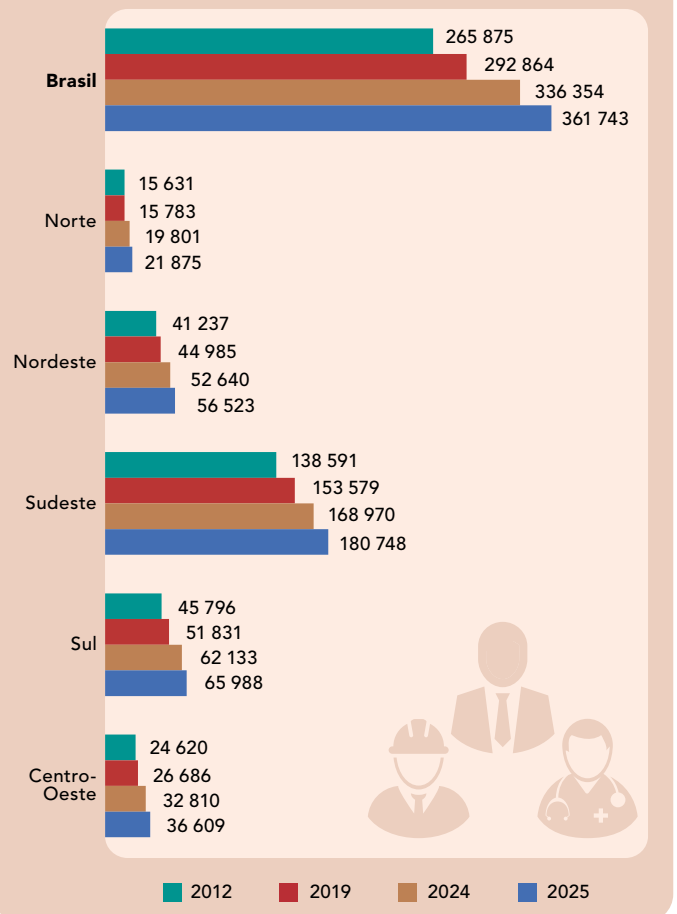
Massa de rendimento mensal real de todos os trabalhos da população ocupada

Em 2025, o rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos resultou em uma massa de rendimento mensal de R\$ 361,7 bilhões, o maior valor da série histórica da PNAD Contínua. Esse valor representa um crescimento real de 7,5% em relação a 2024 (R\$ 336,4 bilhões) e de 23,5% frente a 2019 (R\$ 292,9 bilhões).

Analisando a série histórica desde 2012, observa-se que a massa de rendimento do trabalho acumulou uma expansão de 10,2% no período de 2012 a 2019. No período da pandemia de COVID-19, foram registradas perdas anuais de 5,8%, em 2020, e de 3,4%, em 2021. Em 2022, inicia-se um movimento de recuperação da massa de rendimento de todos os trabalhos, com crescimento de 6,3%, tendência esta que se acelerou em 2023 (11,6%). Em 2024 (6,4%), a expansão ocorreu a uma taxa inferior à registrada no ano anterior, ainda assim mantendo-se em patamar elevado, o que se repetiu em 2025, com uma expansão da massa de rendimentos do trabalho de 7,5%. Com o resultado do último ano, somam-se quatro anos consecutivos de crescimento da massa de rendimento do trabalho a taxas anuais superiores a 6,0%.

O aumento da massa de rendimento do trabalho em 2025, em relação a 2024, foi resultante principalmente do crescimento do rendimento médio do trabalho (5,7%), conforme visto anteriormente, havendo também a contribuição, ainda que modesta, do aumento da população ocupada. Entre 2024 e 2025, a população ocupada com rendimento habitual do trabalho cresceu 1,8%, passando de 99,9 milhões para 101,6 milhões de pessoas, maior valor da série. Em comparação a 2019, quando a população ocupada com rendimento era de 91,4 milhões, havia 10,2 milhões de pessoas ocupadas a mais em 2025, o que representa uma expansão de 11,2%.

Massa de rendimento mensal real de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões (milhões de R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2025.

Notas: 1. A preços médios de 2025.

2. Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas.

Em termos regionais, a Região Sudeste, a mais populosa do País, registrou a maior massa de rendimento do trabalho em 2025 (R\$ 180,7 bilhões), respondendo por metade da massa nacional, seguida pela Região Sul (R\$ 66,0 bilhões). Por outro lado, a menor massa foi registrada pela Região Norte (21,9 bilhões). Entre 2024 e 2025, observou-se crescimento da massa de rendimentos do trabalho em todas as Grandes Regiões, com destaque para as Regiões Centro-Oeste (11,6%) e Norte (10,5%), que registraram expansão acima da média nacional. Nas demais Regiões, o crescimento variou entre 6,2%, na Região Sul, e 7,4%, na Nordeste. A expansão da massa de rendimentos nas Regiões Centro-Oeste e Norte – aquelas de maior crescimento em 2025 – é explicada, principalmente, pelo aumento acentuado do rendimento médio de todos os trabalhos nessas Regiões, cuja expansão no último ano foi de 9,5%, na Região Centro-Oeste, e 8,1%, na Norte. Em relação a 2019, também ocorreu crescimento da massa de rendimento do trabalho em todas as Grandes Regiões, destacando-se, mais uma vez, as Regiões Norte (38,6%) e Centro-Oeste (37,2%), enquanto a Sudeste (17,7%) acumulou a menor expansão nesse período.

Índice de Gini⁷ do rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos

O índice de Gini do rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos, em 2025, foi calculado em 0,491, valor próximo ao estimado para 2024 (0,487). A análise da série histórica do índice de Gini do rendimento de todos os trabalhos mostra que, entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução desse indicador,

passando de 0,504 para 0,490. Entre 2015 e 2019, entretanto, o índice apresentou uma tendência de aumento e alcançou os maiores valores da série (0,506) em 2018 e 2019, ao passo que no período de 2019 até 2022 observou-se uma reversão dessa tendência. No início da pandemia de COVID-19, estimou-se uma redução brusca do contingente de ocupados, afetando sobretudo aqueles em posições mais vulneráveis e com menores rendimentos médios – como os trabalhadores por conta própria sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, trabalhadores domésticos e empregados do setor privado sem carteira –, o que pode ter contribuído para a queda da desigualdade do rendimento do trabalho da população que se manteve ocupada. Em 2022, ano em que se observou um aumento substantivo da ocupação, o índice caiu ao menor valor da série (0,485)⁸. Entre 2022 e 2025, período em que o mercado de trabalho já havia se recuperado dos principais efeitos da pandemia, nota-se que o índice de Gini do rendimento do trabalho tem registrado pequenas oscilações, porém mantendo-se próximo do mínimo da série e sem apresentar uma clara tendência de elevação ou redução. Tal indicador permaneceu em 2025 em patamar visivelmente abaixo dos valores de 2018 e 2019, anos que registraram o máximo da série histórica.

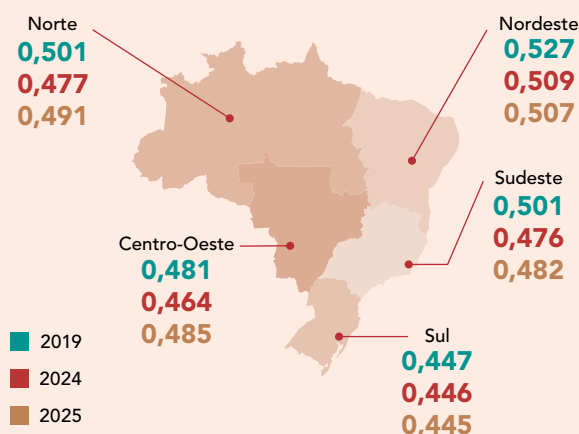
Destaca-se que, em relação a 2019, houve crescimento expressivo do rendimento do trabalho nas classes correspondentes aos 20% da população ocupada de menores rendimentos, ao passo que o décimo de maior renda do trabalho apresentou a menor expansão, contribuindo para a queda do índice de Gini do rendimento do trabalho no acumulado do período.

Índice de Gini do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos

Brasil

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
0,504	0,499	0,497	0,490	0,498	0,498	0,506
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
0,506	0,499	0,499	0,485	0,493	0,487	0,491

Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2025.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas nos períodos 2012-2019 e 2023-2025, e de quintas visitas no período 2020-2022.

⁷ O índice de Gini é uma medida de concentração de uma distribuição, e seu valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).

⁸ Entre 2021 e 2022, observa-se maior crescimento do rendimento médio de algumas categorias com forte presença de trabalhadores informais, como os trabalhadores por conta própria e trabalhadores domésticos, e queda, em termos reais, do rendimento médio de empregados do setor público e empregadores.

Comparando as Grandes Regiões, observa-se que a Região Sul (0,445) permaneceu, em 2025, com o menor índice de Gini do rendimento do trabalho, enquanto a Região Nordeste (0,507) apresentou o maior, mantendo-se ao longo de toda a série como a Região com a distribuição de rendimentos do trabalho mais desigual do País. De 2024 para 2025, a Região Centro-Oeste

apresentou a maior variação positiva no índice, de 0,464 para 0,485, ao passo que tal indicador na maior parte das demais Regiões manteve-se próximo da estabilidade. Frente a 2019, ano marcado por elevada desigualdade do rendimento do trabalho no País, a maior redução no índice de Gini ocorreu na Região Nordeste (de 0,527 para 0,507).

Rendimento domiciliar per capita

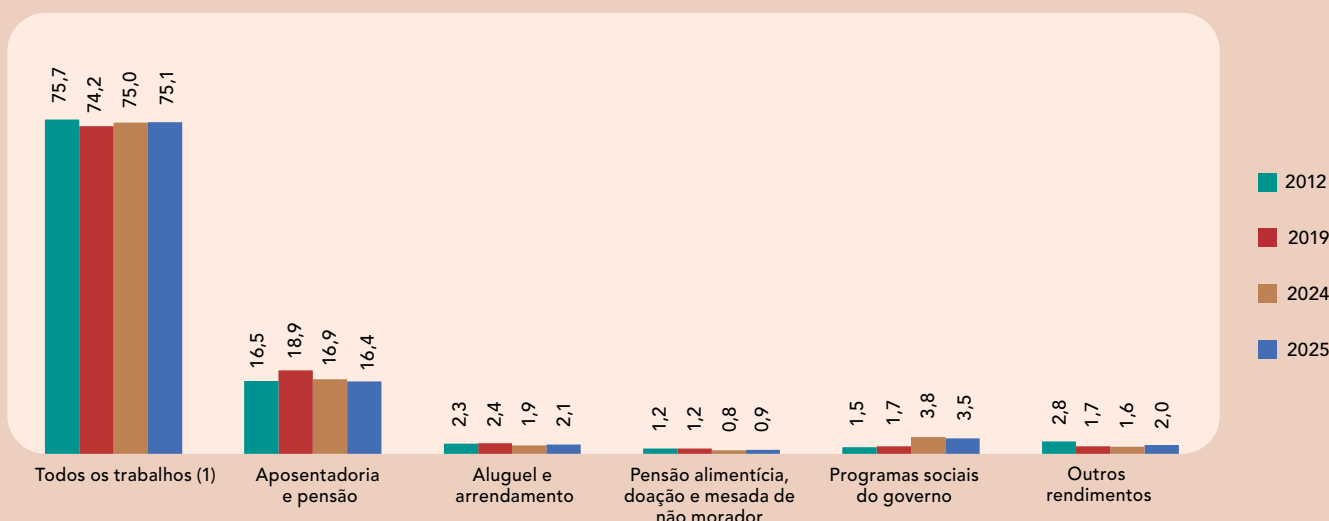
Participação dos diversos tipos de rendimento na composição do rendimento médio domiciliar per capita

Em 2025, o rendimento de todos os trabalhos compunha 75,1% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, mantendo-se em patamar próximo do registrado no ano anterior (75,0%). Os 24,9% provenientes de outras fontes se dividiam em rendimentos de aposentadoria e pensão (16,4%), que correspondiam à maior parte, mas também em rendimentos de programas sociais do governo (3,5%), aluguel e arrendamento (2,1%), pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (0,9%) e outros rendimentos (2,0%).

Entre 2012 e 2014, houve crescimento da parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita, atingindo, em 2014, o maior valor da série (76,9%). A partir de 2015, aumentou a parcela relativa a outras fontes de rendimento, motivado, sobretudo, pelo comportamento da alta de aposentadoria e pensão, que alcançou

uma participação máxima de 18,9% em 2019. Em 2020, ano de forte retração do mercado de trabalho, a parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita atingiu o menor valor da série (72,7%). Nesse ano, o aumento da participação das outras fontes se deu na rubrica programas sociais do governo (de 1,7%, em 2019, para 5,9%, em 2020), o que se deve à criação do Auxílio Emergencial⁹ para fazer frente aos efeitos socioeconômicos da pandemia de COVID-19. Em 2021, com o início da flexibilização das medidas sanitárias e mudanças no Auxílio Emergencial, a parcela do rendimento do trabalho no rendimento domiciliar per capita se elevou para 75,2%, e as outras fontes perderam espaço devido à redução do peso dos programas sociais (de 5,9% para 2,7%). Com a substituição do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil no final de 2021, nos moldes mais parecidos ao antigo Auxílio Emergencial em termos de público-alvo e valor médio¹⁰, a rubrica outras fontes voltou a aumentar em 2022 (de 24,8% para 25,5%), em parte explicada pelos programas sociais do governo que passaram de 2,7% para 3,0%.

Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2025.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Dados consolidados de primeiras visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

⁹ Instituído pelo Decreto n. 10.316, de 07.04.2020, que regulamentou a Lei n. 13.982, de 02.04.2020.

¹⁰ Inicialmente no valor médio de R\$ 400 por família em situação de pobreza, o Programa Auxílio Brasil obteve um acréscimo de R\$ 200 no benefício durante o segundo semestre de 2022. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2022/emendaconstitucional-123-14-julho-2022-792985-publicacaooriginal-165734-pl.html>.

Em março de 2023, o Programa Bolsa Família¹¹ foi relançado em substituição ao Programa Auxílio Brasil, mantendo o valor mínimo de R\$ 600, mas com a inclusão de novos benefícios de acordo com a composição familiar, de forma a aumentar, em relação ao programa anterior, o valor do benefício médio. Com essa mudança, o componente programas sociais do governo se expandiu novamente, respondendo por 3,7% do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*. Em 2024, a participação dos programas sociais do governo na composição do rendimento médio domiciliar permaneceu quase inalterada, oscilando para 3,8%, enquanto em 2025 recuou para 3,5%. Essa ligeira queda em relação ao ano anterior está relacionada ao fato de que no último ano houve estabilidade tanto do valor médio pago como benefício pelo conjunto dos programas sociais do governo quanto do total de pessoas que recebiam tais benefícios, enquanto algumas outras categorias de rendimento tiveram aumento nesses componentes.

Entre 2024 e 2025, observou-se, também, uma variação negativa da participação da categoria aposentadoria e pensão (de 16,9% para 16,4%) na composição do rendimento domiciliar no País, apesar do aumento no último ano de 2,3% do total de pessoas que possuíam rendimentos dessa categoria. Por outro lado, a categoria outros rendimentos, que abrange rendimentos de aplicações financeiras, seguro-desemprego, bolsas de estudos, dentre outros, aumentou a sua participação na composição do rendimento domiciliar médio de 1,6% para 2,0%, o que se deve, sobretudo, ao importante aumento do total de pessoas que relataram receber algum rendimento abrangido por essa categoria (expansão de 26,2%). A participação de rendimentos provenientes de aluguel e arrendamento também apresentou pequena oscilação positiva (de 1,9% para 2,1%).

Em relação a 2019, as principais variações observadas foram a queda da participação de rendimentos de aposentadoria e pensão na composição do rendimento do-

Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento (%)

Tipo de rendimento	Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> (%)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Todos os trabalhos (1)	75,1	76,2	67,4	76,3	77,2	78,9
Outras fontes	24,9	23,8	32,6	23,7	22,8	21,1
Aposentadoria e pensão	16,4	13,0	20,4	15,9	16,4	13,7
Aluguel e arrendamento	2,1	1,3	1,4	2,3	2,4	2,6
Pensão alimentícia, doação, mesada de não morador	0,9	0,7	0,8	0,9	0,8	0,8
Programas sociais do governo	3,5	7,5	8,8	2,1	1,6	2,3
Outros rendimentos	2,0	1,2	1,2	2,6	1,6	1,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Dados consolidados de primeiras visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

miliar (de 18,9% para 16,4%), e o aumento da participação dos programas sociais do governo (de 1,7% para 3,5%). No caso dos programas sociais, a expansão se deve tanto pelo aumento do número de pessoas e domicílios abrangidos por tais programas no período, quanto pela elevação do valor médio pago como benefício.

Entre as Grandes Regiões, havia diferenças importantes na composição do rendimento domiciliar *per capita*, destacando-se a participação do rendimento de todos os trabalhos, que variou de 67,4%, na Região Nordeste, a 78,9%, na Região Centro-Oeste, em 2025. Em relação a 2024, a Região Norte registrou a maior variação positiva desse indicador, com expansão de 1,9 p.p., aumentando de 74,3%, em 2024, para 76,2%, em 2025.

Analisando as diferentes categorias do rendimento de outras fontes, observa-se que o rendimento proveniente de aposentadoria e pensão apresentou diferenças regionais importantes: nas Regiões Norte e Centro-Oeste, a participação foi de 13,0% e 13,7%, respectivamente, *vis-à-vis* à participação de 20,4% registrada na Região Nordeste. Nas Regiões Sul (16,4%) e Sudeste (15,9%), os rendimentos de aposentadorias e pensões respondiam por uma fração do rendimento domiciliar próxima da observada para a média do País (16,4%).

Em 2025, a participação da rubrica rendimentos de programas sociais do governo foi superior à média nacional nas Regiões Nordeste (8,8%) e Norte (7,5%). Nas demais Regiões, a participação dos programas sociais do governo no rendimento domiciliar *per capita* variou de 1,6%, na Região Sul, a 2,3%, na Centro-Oeste. Entre 2024 e 2025, todas as Grandes Regiões apresentaram pequena oscilação negativa nesse indicador, com exceção da Região Sul, que não apresentou variação relevante no período. Por outro lado, frente a 2019, todas as Grandes Regiões registraram expansão da participação dos programas sociais na composição da renda domiciliar.

Programas sociais do governo

A proporção de domicílios com algum beneficiário de programa social do governo, incluindo o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC-LOAS, além de outros programas sociais dos governos federal, estadual ou municipal, alcançou 22,7% em 2025, o que representa 18,0 milhões de domicílios beneficiados. Em relação a 2024, quando havia 23,6% de domicílios abrangidos por algum programa social (18,2 milhões de domicílios), nota-se um leve recuo desse percentual (-0,9

¹¹ O novo Programa Bolsa Família foi instituído por meio da Medida Provisória n. 1.164, de 02.03.2023, regulamentada pela Lei n. 14.601, de 19.06.2023. Neste Programa, além do valor de R\$ 600 pago às famílias beneficiárias, foi criado o Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 150, destinado às famílias beneficiárias que possuírem, em sua composição, crianças com idade entre 0 e 7 anos incompletos, pago por integrante que se enquadre nessa situação, e o Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50, pago por integrante da família beneficiária que se enquadre nas seguintes situações: gestantes, crianças com idade entre 7 anos e 12 anos incompletos ou adolescentes com idade entre 12 anos e 18 anos incompletos. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm.

p.p.), ainda que o total de domicílios atendidos tenha permanecido próximo da estabilidade. Frente a 2019 (17,9% ou 12,5 milhões), houve um aumento de 4,8 p.p. da proporção de domicílios, o que representa 5,5 milhões de domicílios a mais abrangidos por algum programa social do governo.

Em relação ao Programa Bolsa Família, o percentual de domicílios com algum beneficiário era de 16,6% em 2012, reduzindo-se para 14,3% em 2019. Com o início da pandemia de COVID-19, em 2020, parte dos beneficiários do Bolsa Família passaram a receber o Auxílio Emergencial, benefício criado para fazer frente à pandemia, o que explica a redução dessa proporção para 7,3% no ano, e o aumento brusco da proporção de domicílios com recebedores de outros programas sociais de 0,7%, em 2019, para 23,6%, em 2020¹². Em 2021, as mudanças no Auxílio Emergencial ocorridas com a flexibilização das medidas sanitárias (redução do número de parcelas pagas e do valor médio) fizeram com que voltasse a aumentar o percentual de domicílios recebendo Bolsa Família (8,6%) e se reduzisse a proporção de outros programas sociais (15,5%).

No final de 2021, o pagamento do Auxílio Emergencial foi interrompido e o governo federal substituiu o Programa Bolsa Família pelo Programa Auxílio Brasil¹³, o que explica o aumento, em 2022, do percentual de domicílios recebendo rendimento de tal programa (16,9%)¹⁴, bem como a redução brusca da rubrica outros programas sociais para 1,5%. Com a instituição do novo Bolsa Família em 2023, como mencionado anteriormente, observou-se um aumento do percentual de domicílios beneficiados para 18,9%, o maior valor da série histórica da pesquisa no que se refere a esse benefício, ao passo que a rubrica outros programas sociais (1,4%) manteve-se relativamente estável.

Em 2024, o percentual de domicílios que recebiam rendimento do Bolsa Família foi estimado em 18,6%, próximo do valor observado no ano anterior, ao passo

que o daqueles que recebiam rendimentos de outros programas sociais¹⁵ aumentou para 2,1%. Em 2025, observa-se um recuo do percentual de domicílios beneficiários do Bolsa Família para 17,2%, enquanto o daqueles que recebiam benefícios da categoria de outros programas sociais teve pequena variação positiva, alcançando 2,4%.

Em relação ao BPC-LOAS, observa-se que, entre 2024 e 2025, o percentual de domicílios em que algum morador recebia esse tipo de rendimento variou de 5,0% para 5,3%, sendo este o maior percentual da série histórica. Em 2019, eram 3,6% de domicílios com beneficiário do programa, ao passo que em 2012, 2,5%.

As Regiões Nordeste e Norte possuíam as maiores proporções de domicílios com beneficiários dos dois principais programas sociais em 2025: respectivamente, 32,4% e 31,6% re-

cebiam rendimento do Bolsa Família; e 7,7% e 7,3% recebiam rendimento do BPC-LOAS. Por outro lado, a Região Sul possuía as menores proporções de domicílios com beneficiários de ambos os programas: 6,8% do Bolsa Família e 3,4% do BPC-LOAS. Em relação a outros programas sociais do governo, as Regiões Norte (4,8%), Nordeste (4,1%) e Centro-Oeste (3,3%) registraram as maiores proporções de domicílios com beneficiários, ao passo que as Regiões Sul e Sudeste, as menores, 1,1% e 1,3%, respectivamente. Considerando os domicílios com beneficiário de algum programa social do governo, incluindo o Programa Bolsa Família, o BPC-LOAS e outros programas sociais, o percentual de domicílios beneficiados alcançou os maiores percentuais nas Regiões Nordeste (39,8%) e Norte (38,8%), ao passo que a Região Sul (10,8%) apresentou a menor proporção.

Domicílios particulares permanentes, segundo o recebimento de programas sociais do governo (%)

Tipo de programa social	Domicílios particulares permanentes (%)							
	2012	2019	2020 (1)	2021 (1)	2022	2023	2024	2025
Recebe rendimento de programa social do governo	19,3	17,9	31,4	25,0	20,7	23,0	23,6	22,7
Recebe Bolsa Família	16,6	14,3	7,3	8,6	16,9	18,9	18,6	17,2
Recebe BPC-LOAS	2,5	3,6	3,2	3,2	3,7	4,2	5,0	5,3
Recebe outros programas sociais	1,4	0,7	23,6	15,5	1,5	1,4	2,1	2,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2025.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2019, 2023, 2024 e 2025, e de quintas visitas no período 2020-2022.

(1) Inclui o Auxílio Emergencial.

Domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de programas sociais do governo (%)

Tipo de programa social	Domicílios particulares permanentes (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Recebe rendimento de programa social do governo	38,8	39,8	14,8	10,8	17,0
Recebe Bolsa Família	31,6	32,4	10,3	6,8	11,0
Recebe BPC-LOAS	7,3	7,7	4,2	3,4	5,1
Recebe outros programas sociais	4,8	4,1	1,3	1,1	3,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

¹² Na presente pesquisa, o Auxílio Emergencial entrava na rubrica de outros programas sociais.

¹³ O Programa Auxílio Brasil foi criado pela Lei n. 14.284, de 29.12.2021. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.284-de-29-de-dezembro-de-2021-370918498>.

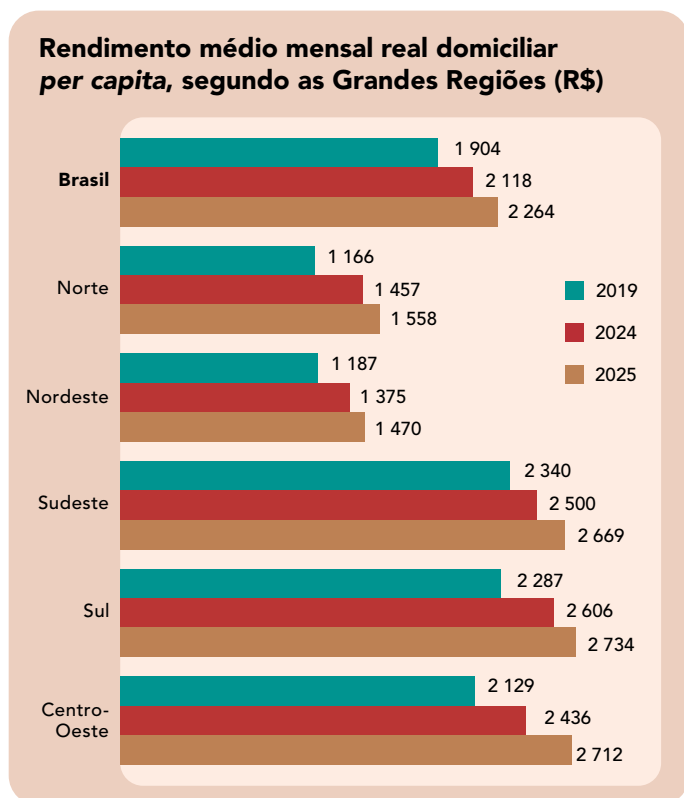
¹⁴ Na presente pesquisa, os dados do Programa Auxílio Brasil foram captados na pergunta sobre o recebimento de rendimento do Programa Bolsa Família

¹⁵ Entre os outros programas sociais, incluem-se diversos programas sociais dos governos federal, estadual e municipal, destacando-se o Programa Pé-de-Meia, lançado inicialmente em novembro de 2023 pela Medida Provisória n. 1.198, de 27.11.2023, e posteriormente instituído pela Lei n. 14.818, de 16.01.2024, com o intuito de incentivar a permanência e conclusão escolar para estudantes do ensino médio de baixa renda e que prevê, entre outros benefícios, o pagamento de um incentivo mensal no valor de R\$ 200.

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita

Em 2025, o rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* alcançou R\$ 2 264, o maior valor alcançado por esse indicador. Analisando a série histórica da pesquisa, o rendimento *per capita* cresceu 6,8% no período de 2012 a 2019 (de R\$ 1 782 para R\$ 1 904). Com a pandemia de COVID-19, o rendimento domiciliar *per capita* perdeu valor, caindo 4,4%, em 2020, e 7,0%, em 2021, quando foi estimado em R\$ 1 692, o menor valor da série. A partir de 2022, no entanto, o rendimento médio domiciliar *per capita* voltou a crescer, com expansão anual de 6,9%, em 2022, 11,6%, em 2023, e 5,0%, em 2024. Em 2025, manteve-se a tendência de crescimento, com uma expansão de 6,9% em relação ao ano anterior. Entre 2019 e 2025, a elevação foi de 18,9%, ao passo que frente a 2012, ano inicial da pesquisa, o crescimento acumulado foi de 27,0%.

As Regiões Nordeste e Norte apresentaram os menores valores (R\$ 1 470 e R\$ 1 558, respectivamente), substancialmente abaixo do valor registrado nas demais Regiões: R\$ 2 734, na Região Sul, R\$ 2 712, na Centro-Oeste, e R\$ 2 669, na Sudeste. Entre 2024 e 2025, a Região Centro-Oeste (11,3%) se destacou pelo crescimento do rendimento médio domiciliar *per capita*, ao passo que a Região Sul apresentou a menor variação (4,9%). Se comparado a 2019, as Regiões Norte (33,6%), Centro-Oeste (27,4%) e Nordeste (23,8%) apresentaram as maiores elevações do indicador, enquanto a Região Sudeste (14,1%), a menor.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2025.

Notas: 1. A preços médios de 2025.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas.

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* apresentou-se bastante diferenciado na comparação dos grupos de domicílios que recebiam ou não algum programa de transferência de renda, especialmente quando o benefício era do Programa Bolsa Família. O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios que recebiam o Bolsa Família, em 2025, foi de R\$ 774, o que corresponde a menos de 30% do rendimento médio daqueles que não recebiam tal benefício, cujo valor foi de R\$ 2 682. Para os domicílios que recebiam o BPC-LOAS, o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$ 1 218, e entre aqueles que recebiam outros programas sociais, o rendimento médio foi de R\$ 948. Considerando o total de domicílios que recebiam rendimento de algum programa social do governo, seja o Bolsa Família, o BPC-LOAS ou algum outro programa social, o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$ 886, ao passo que aqueles que não eram abrangidos por programa social registraram um rendimento de R\$ 2 787. Assim, os domicílios beneficiados por algum programa social do governo registravam, em média, um rendimento inferior a 1/3 do rendimento *per capita* dos domicílios não abrangidos por programas sociais.

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o recebimento de programas sociais do governo (R\$)

Recebimento de programas sociais do governo	Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (R\$)			
	2012	2019	2024	2025
Algum programa social				
Recebe	604	590	858	886
Não recebe	2 187	2 292	2 619	2 787
Bolsa Família				
Recebe	529	488	753	774
Não recebe	2 150	2 240	2 536	2 682
BPC-LOAS				
Recebe	989	1 030	1 223	1 218
Não recebe	1 806	1 939	2 169	2 327
Outros programas sociais				
Recebe	888	932	916	948
Não recebe	1 798	1 911	2 152	2 309

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2025.

Notas: 1. A preços médios de 2025.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas.

Em relação a 2024, observa-se que o grupo de domicílios que recebiam benefício do Programa Bolsa Família apresentou um crescimento do rendimento domiciliar *per capita* de 2,8%, abaixo da variação registrada pelo grupo daqueles que não recebiam o benefício (5,8%). No entanto, ao analisar um período mais longo, nota-se uma situação diversa. Entre 2019 e 2025, observa-se que enquanto o rendimento *per capita* do grupo de domicílios abrangidos pelo programa cresceu 58,6% (de R\$ 488 para R\$ 774), entre aqueles que não recebiam o benefício a variação foi de 19,7% (de R\$ 2 240 para R\$ 2 682). Nesse período, o expressivo crescimento acumulado do rendimento dos domicílios beneficiados pelo Bolsa Família pode ser explicado, em parte, pelo maior valor médio pago como benefício em 2025, se comparado

a 2019, o que decorre de importantes reajustes dos valores do benefício ocorridos, sobretudo, nos anos de 2022 e 2023. No entanto, outros fatores também podem ter contribuído, como o bom desempenho do

mercado de trabalho nos últimos anos e o maior crescimento, no período, do rendimento médio do trabalho nas classes de menores rendimentos da população ocupada.

Indicadores de concentração de rendimento

Distribuição por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita

Ao observar a estratificação em classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento mensal real domiciliar per capita¹⁶, nota-se que os 40% da população com menores rendimentos receberam, em média, R\$ 663, o maior valor registrado pela série histórica para esse grupo. Se comparado a 2024 (R\$ 633), esse rendimento foi 4,7% maior, enquanto, na comparação com 2019 (R\$ 482), houve aumento de 37,6% na média nacional. Entre os fatores que podem explicar tal crescimento estão: o dinamismo do mercado de trabalho nos últimos anos, com a elevação do nível de ocupação e o crescimento do rendimento médio do trabalho, inclusive nos décimos mais baixos da distribuição, e os reajustes do salário mínimo. Especificamente em relação ao ano de 2019, destaca-se, também, a expansão dos domicílios abrangidos pelo Programa Bolsa Família e os maiores valores médios pagos como benefício, além da expansão de outros programas sociais do governo.

Entretanto, apesar do expressivo crescimento acumulado do rendimento domiciliar per capita dos 40% da população de menores rendimentos no período de 2019 a 2025, nota-se, no último ano, um arrefecimento da taxa anual de expansão do rendimento desse grupo populacional. Assim, de uma expansão de 12,9%, em 2023, e de 9,5%, em 2024, a variação se desacelerou para 4,7%, em 2025, abaixo do crescimento do rendimento domiciliar per capita estimado para o total da população (6,9%).

Na análise regional, observam-se diferenças importantes na ordem de grandeza dos rendimentos. A Região Sul (R\$ 978) apresentou a maior média de rendimento domiciliar per capita para os 40% da população com menores rendimentos em 2025, e as Regiões Nordeste (R\$ 449) e Norte (R\$ 490), as menores. Entre 2024 e 2025, todas as Grandes Regiões registraram crescimento no rendimento médio dessa parcela da população, com as taxas variando entre 4,0%, na Região Sul, e 6,1%, na Centro-Oeste. Em relação a 2019, observa-se um crescimento expressivo no rendimento domiciliar per capita dos 40% da população com menores rendimentos em todas as Grandes Regiões, notadamente nas Regiões Norte (63,9%) e Nordeste (59,8%), justamente as de menor rendimento médio, ao passo que a Região Sul (22,6%) apresentou a menor expansão.

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita dos 40% da população com menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões (R\$)

Grandes Regiões	Rendimento médio mensal real domiciliar per capita dos 40% da população com menores rendimentos (R\$)			
	2012	2019	2024	2025
Brasil	466	482	633	663
Norte	313	299	466	490
Nordeste	285	281	430	449
Sudeste	640	664	807	842
Sul	721	798	940	978
Centro-Oeste	604	646	797	846

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2025.

Notas: 1. A preços médios de 2025.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P40 representa aproximadamente 40% da população com menores rendimentos.

4. Dados consolidados de primeiras visitas.

Para os 10% da população com os maiores rendimentos, por sua vez, o rendimento médio domiciliar per capita foi de R\$ 9 117 em 2025, 8,7% acima do valor observado em 2024 (R\$ 8 385), ao passo que em relação a 2019 (R\$ 8 147), a variação foi de 11,9%. Essa classe, no entanto, apresentava grande variabilidade interna quanto aos valores de rendimento domiciliar, sendo que para o subgrupo formado pelo último percentual da distribuição de renda (1% da população com maior rendimento), o rendimento médio domiciliar per capita foi de R\$ 24 973 em 2025.

Na comparação entre 2024 e 2025, nota-se que houve aumento do rendimento domiciliar per capita para todas as classes da distribuição, porém a variação ocorreu com maior intensidade no limite superior da distribuição, sobretudo na classe que compunha o décimo populacional de maior renda, cujo ganho, como visto anteriormente, chegou a 8,7%. Por outro lado, no extremo inferior das classes de renda, considerando os 10% da população de menor rendimento, observa-se que o rendimento domiciliar per capita variou apenas 3,1%. As classes correspondentes a mais de 10% até 20% da distribuição do rendimento e mais de 20% até 30% apresentaram variação do rendimento domiciliar per capita de 4,4% e 4,9%, respectivamente, crescimento também abaixo

¹⁶ A fórmula de cálculo das estatísticas por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento aloca pessoas com igual rendimento no mesmo percentil da distribuição, ainda que isso afete a proporção exata de pessoas em cada classe. Desta forma, as classes apresentadas neste tópico corresponderão, aproximadamente, ao percentual indicado. Para informações mais detalhadas, ver Anexo 10 das Notas técnicas: versão 1.20 da PNAD Contínua, no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=notas-tecnicas>.

do estimado para o total da população e para o décimo de maior renda.

Entre os fatores que podem ter contribuído para o menor crescimento, frente ao ano de 2024, do rendimento médio domiciliar *per capita* das classes de menor renda, cita-se o fato de que, diferentemente dos dois anos anteriores, não houve em 2025 uma expansão do total de domicílios beneficiados pelo conjunto dos programas sociais do governo, assim como não ocorreu aumento do valor médio recebido como benefício desses programas.

Considerando um período mais longo, entretanto, a quadro é bastante diverso. De 2019 para 2025, houve aumento do rendimento domiciliar *per capita* em toda a distribuição, com as taxas de crescimento tendendo a valores decrescentes à medida que se avança nas classes de renda. Assim, enquanto as classes até 10% e mais de 10% até 20% apresentaram aumento do rendimento médio de 78,7% e 42,4%, respectivamente, a de mais de 90% até 100% apresentou expansão de 11,9% na comparação com a estimativa de 2019, bastante abaixo do crescimento registrado pelas demais classes que compunham os décimos da distribuição de renda.

Em 2025, a análise da concentração de renda por meio da distribuição das pessoas por classes de rendimento domiciliar *per capita* mostrou que as pessoas que faziam parte dos 10% da população com rendimentos mais elevados recebiam, em média, 13,8 vezes o rendimento dos 40% da população com os menores rendimentos, enquanto em 2024 a razão era de 13,2 vezes. Apesar da pequena variação observada em 2025, o valor calculado para o último ano permaneceu abaixo do observado em todos os anos que precederam o ano de 2024, cuja razão foi a menor da série histórica. Ao considerar o 1% da população com maiores rendimentos, verifica-se que seu rendimento médio chegava a 37,7 vezes o rendimento dos 40% de menor renda, também um pouco acima do valor observado em 2024 (35,9 vezes), o menor valor da série, porém bastante abaixo do

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (R\$)

Classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i>				
	Absoluto (R\$)			Variação (%)	
	2019	2024	2025	2024-2025	2019-2025
Total	1 904	2 118	2.264	6,9	18,9
Até 10%	150	260	268	3,1	78,7
Mais de 10% até 20%	399	544	568	4,4	42,4
Mais de 20% até 30%	592	754	791	4,9	33,6
Mais de 30% até 40%	788	975	1 027	5,3	30,3
Mais de 40% até 50%	1 018	1 228	1 311	6,8	28,8
Mais de 50% até 60%	1 307	1 495	1 560	4,3	19,4
Mais de 60% até 70%	1 581	1 819	1 913	5,2	21,0
Mais de 70% até 80%	2 075	2 355	2 494	5,9	20,2
Mais de 80% até 90%	2 978	3 366	3 590	6,7	20,6
Mais de 90% até 100%	8 147	8 385	9 117	8,7	11,9
Mais de 90% até 95%	4 655	5 150	5 519	7,2	18,6
Mais de 95% até 99%	8 651	8 843	9 648	9,1	11,5
Mais de 99% até 100%	23 593	22 716	24 973	9,9	5,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2025.

Notas: 1. A preços médios de 2025.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 5% representa o P5 com aproximadamente 5% da população com menores rendimentos; a classe mais de 5% até 10% representa aproximadamente mais de 5% até 10% da população com menores rendimentos e assim por diante.

4. Dados consolidados de primeiras visitas.

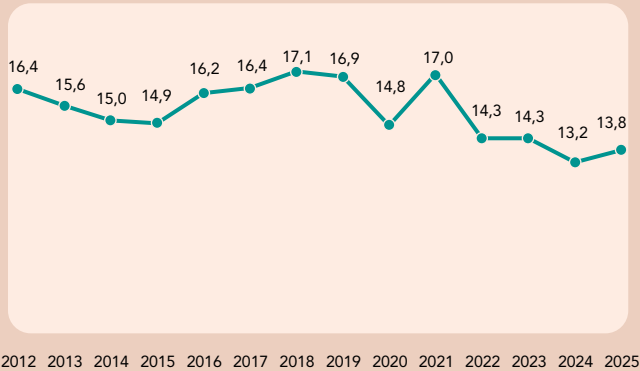
valor calculado para 2019 (48,8 vezes), o máximo da série. Tais dados revelam que a desigualdade no País, ainda que tenha caído em relação aos anos que precederam a pandemia, permanece em níveis bastante acentuados.

Ao longo da série, nota-se que a razão entre o rendimento médio do décimo da população com maior renda e o rendimento médio dos 40% da população com os menores rendimentos mostrou trajetória de redução de 2012 (16,4 vezes) até 2015 (14,9 vezes), a partir de quando apresentou tendência de crescimento até alcançar o pico da série (17,1 vezes) em 2018. Em 2019 (16,9 vezes), essa razão manteve-se praticamente inalterada, mas

no primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, em 2020, reduziu-se de forma acentuada para 14,8 vezes, devido a alterações ocorridas na composição do rendimento domiciliar, com a retração do mercado de trabalho e o maior peso de outras fontes de renda, sobretudo rendimentos de programas sociais como o Auxílio Emergencial. Entretanto, em 2021, com a flexibilização das medidas sanitárias – que permitiu a retomada do mercado de trabalho – e os ajustes realizados no Auxílio Emergencial, essa razão voltou a aumentar (17,0 vezes), retomando um nível próximo aos dois anos que antecederam a pandemia. Com o aumento significativo da ocupação e o pagamento de valores mais altos

aos beneficiários do Auxílio Brasil, em 2022, essa razão caiu para 14,3 vezes, permanecendo nesse valor em 2023. Em 2024, essa razão voltou a cair, de forma a registrar o menor valor da série para esse indicador (13,2 vezes), apresentando, em seguida, oscilação para 13,8 vezes em 2025. Assim, observa-se que os valores máximos da série foram observados nos dois anos que precederam a pandemia (2018 e 2019), assim como em 2021, quando tal razão ficou próxima de 17,0 vezes. Por outro lado, desde 2022 a razão entre o rendimento médio *per capita* dos 10% da população de maiores rendimentos e dos 40% de menor renda vem se mantendo em patamar próximo de 14,0 vezes.

Razão do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* entre os 10% da população com maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos

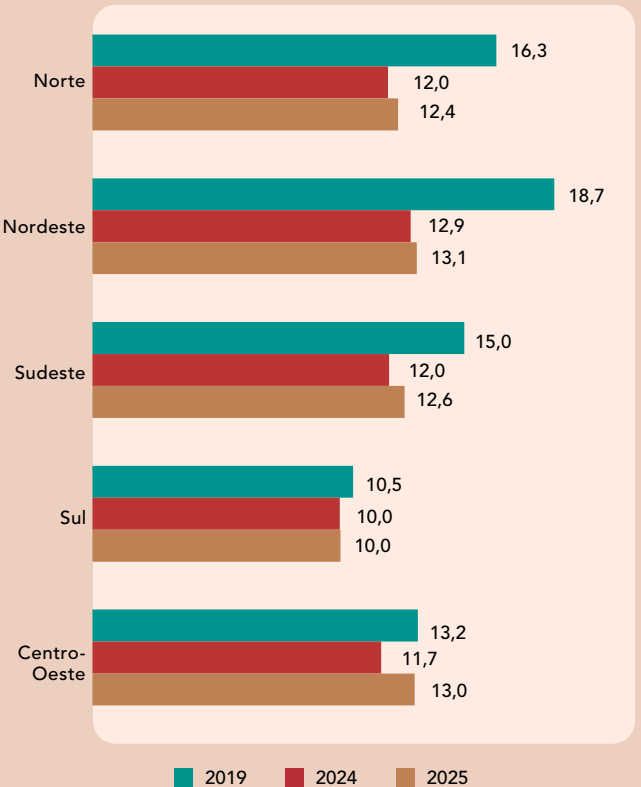


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2025.

- Notas: 1. A preços médios do ano.
 2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.
 3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P40 representa aproximadamente 40% da população com menores rendimentos e o último decil delimita aproximadamente 10% da população com maiores rendimentos.
 4. Dados consolidados de primeiras visitas nos períodos 2012-2019 e 2023-2025, e de quintas visitas no período 2020-2022.

Em termos regionais, observou-se que as Regiões Nordeste (13,1 vezes) e Centro-Oeste (13,0 vezes) apresentaram as maiores razões entre o rendimento médio dos 10% de maior renda e dos 40% da população com os menores rendimentos, ao passo que a Região Sul continuou a registrar a menor razão (10,0 vezes). Entre 2024 e 2025, a Região Centro-Oeste (de 11,7 vezes para 13,0 vezes) apresentou a maior elevação dessa razão, enquanto nas demais Regiões o indicador permaneceu estável ou apresentou pequenas oscilações. Em relação a 2019, as Regiões Nordeste (-5,6 vezes) e Norte (-4,0 vezes) apresentaram as quedas mais acentuadas da razão de renda, seguidas pela Sudeste (-2,4 vezes), enquanto nas Regiões Centro-Oeste e Sul o indicador ficou praticamente estável no período.

Razão do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* entre os 10% da população com maiores rendimentos e os 40% da população com os menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2025.

- Notas: 1. A preços médios do ano.
 2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.
 3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P40 representa aproximadamente 40% da população com menores rendimentos e o último decil delimita aproximadamente 10% da população com maiores rendimentos.
 4. Dados consolidados de primeiras visitas.

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*

Em 2025, o índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* foi calculado em 0,511, enquanto em 2024 a estimativa foi de 0,504, e em 2019, 0,543. Entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução da desigualdade do rendimento *per capita* medida pelo índice de Gini (de 0,540 para 0,524), que foi revertida a partir de 2016, quando o índice aumentou para 0,537, chegando ao maior valor da série histórica em 2018 (0,545). Após manter-se próximo da estabilidade em 2019 (0,543), o índice de Gini se reduziu para 0,523 em 2020, mas voltou a aumentar, em 2021, para o mesmo patamar de 2019 (0,543). Em 2022, o índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* caiu para 0,517, estabilizando-se nesse valor em 2023. Em 2024 (0,504), assim como observado para outras medidas de desi-

igualdade da renda, o índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* também diminuiu, alcançando o menor valor da série, havendo ligeira oscilação em 2025 (0,511).

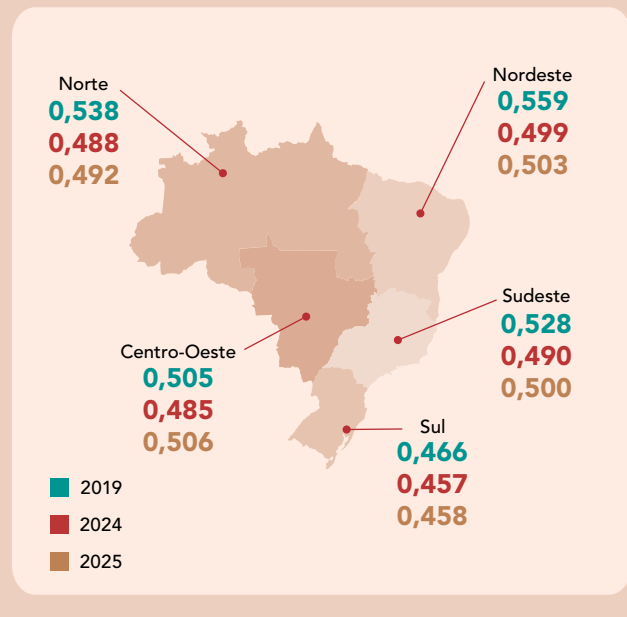
Em 2025, pela primeira vez na série histórica da pesquisa, a Região Centro-Oeste (0,506) apresentou o maior índice de Gini do País, seguida de perto pelas Regiões Nordeste (0,503), até então a mais desigual ao se considerar esse indicador, e Sudeste (0,500). A Região Sul apresentou novamente o menor índice (0,458), posição que vem mantendo desde o início da série. Entre 2024 e 2025, destaca-se a elevação da desigualdade de renda medida pelo Gini na Região Centro-Oeste (de 0,485 para 0,506). Em relação a 2019, o índice de Gini caiu na maioria das Grandes Regiões, com as maiores variações negativas registradas nas Regiões Nordeste (de 0,559 para 0,503) e Norte (de 0,538 para 0,492).

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*

Brasil

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
0,540	0,532	0,526	0,524	0,537	0,539	0,545
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
0,543	0,523	0,543	0,517	0,517	0,504	0,511

Grandes Regiões



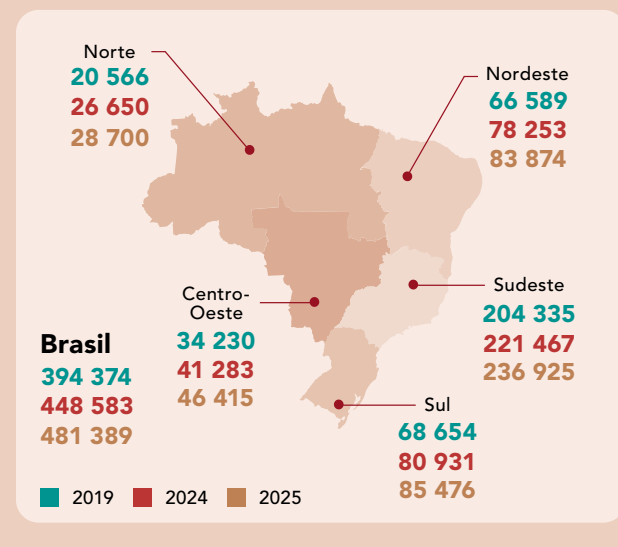
Massa de rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*

A massa de rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* totalizou R\$ 481,4 bilhões em 2025, 7,3% maior do que o estimado para 2024, cujo valor foi de R\$ 448,6 bilhões, atingindo no último ano o maior valor da série histórica da PNAD Contínua. Em relação a 2019 (R\$ 394,4 bilhões), a expansão foi de 22,1%.

A Região Sudeste apresentou a maior massa de rendimento domiciliar (R\$ 236,9 bilhões), o que correspondia a 49,2% da massa total nacional. As Regiões Sul (R\$ 85,5 bilhões) e Nordeste (R\$ 83,9 bilhões) respondiam conjuntamente por mais de 1/3 da massa do País, enquanto as Regiões Centro-Oeste (R\$ 46,4 bilhões) e Norte (R\$ 28,7 bilhões), as menos populosas, foram responsáveis pelo equivalente a 9,6% e 6,0%, respectivamente.

Entre 2024 e 2025, todas as Grandes Regiões apresentaram variação positiva na massa de rendimento domiciliar *per capita*, com destaque para a Região Centro-Oeste, cuja massa aumentou 12,4%, bastante acima da média nacional. Nas demais Grandes Regiões, o crescimento no último ano variou entre 5,6%, na Sul, e 7,7%, na Norte. No período 2019-2025, o crescimento da massa de rendimento domiciliar foi mais elevado nas Regiões Norte (39,6% no acumulado do período) e Centro-Oeste (35,6%), enquanto a menor variação foi registrada na Região Sudeste (15,9%).

Massa do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões (milhões de R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2025.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas nos períodos 2012-2019 e 2023-2025, e de quintas visitas no período 2020-2022.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2025.

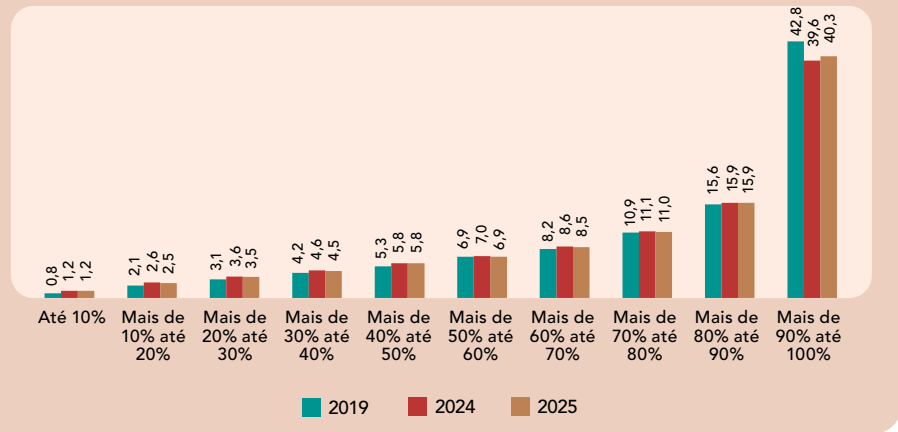
Notas: 1. A preços médios de 2025.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas.

A parcela do décimo populacional com os menores rendimentos detinha 1,2% da massa, *vis-à-vis* 40,3% dos 10% da população com os maiores rendimentos em 2025. Cabe destacar que este último grupo possuía uma parcela da massa de rendimento superior à dos 70% da população com os menores rendimentos (32,8%). Entre 2024 e 2025, a participação das diferentes classes de renda na massa de rendimento domiciliar manteve-se próxima da estabilidade. Ao comparar com 2019, nota-se que o grupo dos 10% com rendimentos mais elevados perdeu 2,5 p.p. de participação na massa de rendimento domiciliar *per capita* (de 42,8% para 40,3%), enquanto o décimo com menores rendimentos apresentou variação positiva de 0,4 p.p. (de 0,8% para 1,2%). ■

Distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2025.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 10% representa o P10 com aproximadamente 10% da população com menores rendimentos; a classe mais de 10% até 20% representa aproximadamente mais de 10% até 20% da população com menores rendimentos e assim por diante.

4. Dados consolidados de primeiras visitas.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Pesquisas
por Amostra de Domicílios

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Agência Brasil, Pixabay

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181



Saiba mais sobre a
pesquisa.